

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. DA INSTITUIÇÃO.....	4
2. DADOS DOS GESTORES.....	5
3. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	6
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	7
5. ANEXO	8

APRESENTAÇÃO

O dever de prestar contas, constante no art. 70, parágrafo único e no art. 50, parágrafo único, ambos da Constituição Federal, impõe-se a toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responde ou que, em nome deste, assume obrigações de natureza pecuniária.

Deste modo, e em consonância às Instruções Normativas nº12, de 16 de novembro de 2005 e 26, de 30 de novembro de 2011, O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados, vem oferecer Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019, como peça integrante da Prestação de Contas Anual apresentada ao Tribunal de Contas.

1. DA INSTITUIÇÃO

O art. 7º da Resolução nº 104/2010 fixa que os Tribunais de Justiça devem buscar a aprovação de lei estadual que disponha sobre a criação de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com a finalidade de assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, bem como à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios.

O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, órgão do Poder Judiciário do Maranhão, instituído pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados, conforme o que preceitua art. 2º, da Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014.

O projeto determina, entre outras medidas, que os recursos do FUNSEG-JE sejam aplicados na manutenção, formação e aperfeiçoamento dos serviços de segurança aos magistrados, bem como construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual.

2. DADOS DOS GESTORES

Nome: **JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS**

Cargo: Presidente

Período: biênio 2018/2019

Matrícula: 16519

CPF: 054.637.343-72

Endereço: Rua 08, Casa 34, Quadra 08

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65071-670

Nome: **LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA**

Cargo: Vice-Presidente

Período: biênio 2018/2019

Matrícula: 3954

CPF: 044.880.083-72

Endereço: Rua dos Socós, Casa 43

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65072-030

Nome: **MARCELO CARVALHO SILVA**

Cargo: Corregedora-Geral da Justiça

Período: biênio 2018/2019

Matrícula: 16014

CPF: 148.075.053-00

Endereço: Rua Conselheiro Hilton Rodrigues, nº 07

Quadra 38, Ed. Elis Regina, Aptº. 801

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65070-835

Nome: **MÁRIO LOBÃO CARVALHO**

Cargo: Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Período: biênio 2018/2019

Matrícula: 128074

CPF: 849.266.603-00

Endereço: Travessa dos Rouxinóis, nº. 03

Condomínio Vale do Pimenta,

Bairro: Parque Atlântico

Cidade: São Luís - MA CEP: 65066-120

Nome: **AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO**

Cargo: Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça

Período: biênio 2018/2019

Matrícula: 99374

CPF: 827.596.773-20

Endereço: Rua 04 de Janeiro, Apartamento 301, Bloco 05

Condomínio Quintas do Sol, Jardim Eldorado

Bairro: Turu

Cidade: São Luís - MA CEP: 65070-000

3. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Plano de Trabalho previsto para o exercício de 2019, foi estabelecido durante as reuniões do Conselho Administrativo deste fundo, visando a aquisição, manutenção e adequação tecnológica dos equipamentos de segurança que garantam o cumprimento dos dispositivos contidos na Resolução 104 de 6 de abril de 2010 do Conselho Nacional de Justiça e da Lei Complementar nº 164 de 1º de abril de 2014, bem como de demandas que foram discutidas nas reuniões da Comissão Permanente de Segurança Institucional.

No ano de 2019, a Comissão Permanente de Segurança Institucional - CPSI através da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar manteve os projetos de videomonitoramento e segurança predial em todas as comarcas do Estado do Maranhão , o qual abrange 100% (cem por cento) das unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão. Nesse período, *foram adquiridos mais 30 (trinta) pórticos através do Empenho nº. 2019NE000001, no valor de R\$ 374.400,00 (trezentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais), devidamente liquidado; aquisição de mais 01 (um) raio x, tipo Scanner para a Comarca de Açailândia, através do Empenho nº. 2019NE000006, no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), ainda não liquidado; aquisição de equipamentos para manutenção do sistema de videomonitoramento, através dos Empenhos nº. 2018NE000004, 2018NE000007 e 2018NE000029, no valor total de R\$ 184.727,00 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais), já liquidados; aquisição de 02 (dois) veículos sedan blindados, sendo um através do Empenho nº. 2019NE000002, no valor de R\$ 194.899,99 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), já liquidado; e o outro, através do Empenho nº. 2019NE000003, de igual valor e a liquidar; aquisição de detectores de metais manuais, balizadores e câmeras, através dos Empenhos nº. 2019NE000007, 2019NE000008 e 2019NE000009, no valor total de R\$ 239.983,22 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos). No ano de 2019, a Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar licitou o serviço de manutenção preventiva e corretiva dos Raios X – Tipo Scanner, iniciando sua execução em novembro de 2019, ocasião em que fora realizada a primeira manutenção, através do Empenho (parcial) nº. Nº 2019NE000004, no valor de R\$ 19.999,96, liquidado.*

Todas as despesas previstas para este Fundo, estão alinhadas ao Plano Plurianual desde 2016, conforme previsão prevista no Orçamento Anual, em atenção ao que dispõe a Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.

No tocante a execução do que restou planejado, a Comissão Permanente de Segurança Institucional junto com a Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar desenvolve projetos cuja dotação orçamentária provém de outros fundos, sendo que no que diz respeito ao FUNSEG as atividades previstas foram desenvolvidas, tem-se contudo, algumas já iniciadas em

2019 (estudo e elaboração de Termo de Referência), com previsão de execução em 2020/2021 de duas importantes contratações, que são: a) Termo de Referência para contratação de empresa para reestruturar o sistema de videomonitoramento do Fórum da Capital e Sede do Tribunal de Justiça; b) Termo de Referência para contratação de empresa para operação e monitorização das salas de videomonitoramento já instaladas

4 DO PLANEJAMENTO

4.1 Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2016/2019 foi aprovado por meio da Lei nº. 10.375/2015, e autorizou a execução dos programas e ações do FUNSEG conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS		
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional		
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.		
Público Alvo: Sociedade		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04904 – FUNSEG		
Programa	Ação	Finalidade
0543 - Prestação Jurisdicional	4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	Proporcionar aos Magistrados condições de segurança adequadas nas Sedes Jurisdicionais

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do FUNSEG, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2019 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional							Perc. De Exec.
Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução		
			Física	Financeira	Física	Financeira	
4686	medido pela despesa	unidade	0,00	7.356.804,26	0,00	1.671.490,42	22,72%
Subtotal do Programa				7.356.804,26		1.671.490,42	

Verifica-se que a ação 4686 foi executada em 22,72% do orçamento total disponibilizado para o exercício, considerando a soma dos créditos aprovados na LOA ao superávit financeiro 2018 de R\$ 3.746.804,26. Meta medida pela despesa executada no exercício, de acordo com as licitações realizadas e concluídas no período, estruturando suas políticas de segurança dos magistrados, bem como a consolidação dos atos de gestão. Considerando apenas o orçamento planejado na LOA 2019, a execução foi de 46,30%

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

4.2 Do Orçamento

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do FUNSEG para o exercício de 2019, fixou inicialmente uma despesa planejada no valor de R\$ 3.610.000,00 (três milhões seiscentos e dez mil) e uma dotação atualizada de R\$ 7.356.804,26 (sete milhões trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

4.2.1 Por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quadro abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2019:

PROGRAMA	1. Dotação Inicial	2. Crédito Adicional	3. Dotação Atualizada	4. Executado (Emp.)	Exec. LOA (4/1)
4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	3.610.000,00	3.746.804,26	7.356.804,26	1.671.490,42	46,30%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programa apresentadas acima, constatamos que o FUNSEG executou um percentual regular da meta prevista. Entretanto, como observado, sua execução orçamentária não fora em sua totalidade, uma vez que além da não tramitação de procedimentos licitatórios em tempo hábil, a maior parte dos investimentos em equipamentos foram feitos em exercícios anteriores. A partir de 2020, deverão ser realizadas licitações para aquisições de materiais e equipamentos essenciais à segurança dos magistrados e principalmente a contratação dos serviços de manutenção e peças de reposição daqueles já em operação e funcionamento.

4.2.2 Por Ação

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do FUNSEG as suas ações têm características de atividades.

A execução das metas físicas e financeiras já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
-----------------	------------------	--------------------	-------------------	------------------	--------------------------

0543 - Prestação Jurisdicional	4686	Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	7.356.804,26	1.671.490,42	22,72%
Total			7.356.804,26	1.671.490,42	22,72%

A análise dos dados acima se assemelha ao já comentado quando da visualização do programa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade brasileira, bem como a realidade da sociedade maranhense, que anseiam por mais segurança, fora criado o Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, cujo objetivo é suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Para se avaliar a importância das atividades do Fundo, a ausência de segurança e a necessidade de criar mecanismos de proteção que garantam o livre exercício da magistratura, justificaram a criação do mencionado fundo.

Assim, o desenvolvimento das atividades do FUNSEG constitui-se em verdadeira Política Pública de Segurança no âmbito do Poder Judiciário Maranhense, buscando promover meios de assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nessas atividades de segurança.

São Luis, 14 fevereiro de 2020